

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LUCIANO ANÍSIO DE SOUZA PINHEIRO

PALÁCIO UNIVERSITÁRIO DO BRASIL

RIO DE JANEIRO  
2018

LUCIANO ANÍSIO DE SOUZA PINHEIRO

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS CONTABILISTAS  
QUE ATUAM NO MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS: UM ESTUDO  
BASEADO NA PERCEPÇÃO SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO IFRS 17.**

Prof. Alessandra Marques

Monografia apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel  
em Ciências Contábeis pela Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro  
2018

LUCIANO ANÍSIO DE SOUZA PINHEIRO

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS CONTABILISTAS  
QUE ATUAM NO MERCADO DE SEGUROS E RESSEGUROS: UM ESTUDO  
BASEADO NA PERCEPÇÃO SOBRE A INTERPRETAÇÃO DO IFRS 17.**

Monografia apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel  
em Ciências Contábeis pela Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada em

---

Alessandra de Lima Marques  
Orientadora

---

Cláudia Ferreira da Cruz  
1ª Avaliadora

---

Tayná Cruz Batista  
2ª Avaliadora

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 Contabilidade de Seguradoras: Estudo dos impactos causados na aplicabilidade das normas internacionais no mercado seguraro nacional.....	6
2.2 As normas internacionais de contabilidade – IFRS: Adoção no Brasil.....	8
2.3 Contexto Atual e perspectiva da normatização aplicada ao mercado segurador.....	9
3 METODOLOGIA.....	10
3.1 OBJETIVO .....	10
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	10
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS .....	12
4 RESULTADOS .....	13
4.1 DIAGNÓSTICOS DO CONTEXTO ATUAL DA NORMA .....	13
4.1.1 Principais Mudanças.....	14
4.1.2 Desafios de Transição.....	18
4.1.3 Resultados Obtidos.....	19
4.1.3.1 Perfis dos Entrevistados .....	19
4.1.3.2 Resultado das Entrevistas .....	22
5 CONCLUSÃO.....	25
6 REFERÊNCIAS .....	26

## 1 INTRODUÇÃO

A história do mercado segurador no Brasil tem início entre os anos de 1995 e 1996, com a permissão do direito de operação das companhias estrangeiras no mercado nacional. Essa autorização ao mercado nacional dada às seguradoras estrangeiras iniciou um processo de convergência das tendências de globalização do mercado internacional no Brasil.

Com o aquecimento do setor segurador e à abertura do mercado Ressegurador, ocorrida em 2011, destaca-se que até então existia apenas uma Resseguradora no Brasil, o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), cresce o número de novas seguradoras e novas operações dentro do mercado nacional e internacional. A partir desse contexto, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão Regulador do setor, aliados ao Conselho Federal de Contabilidade, desenvolvem um cenário altamente regulado e normatizado, a fim de garantir em primeiro lugar, a solvência das seguradoras (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS, 2007).

O setor de seguros no país é representado por aproximadamente 200 empresas, das quais quase 80% são empresas seguradoras, onde existem aproximadamente setenta mil corretores devidamente habilitados e registrados (BACEN, 2004). O mercado brasileiro apresenta também grande concentração, pois as oito maiores empresas representam mais de 50% do volume de prêmios emitidos concentrados nos ramos vida, autos e saúde.

Os dados mais atualizados fornecidos pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados (FENASEG), em sua pesquisa histórica sobre o setor, apontaram que no ano de 2016, o Brasil ocupava o 14º no ranking internacional do mercado de seguros, considerando todos os ramos. Os valores de prêmio emitido, naquele momento apresentava aumento, a partir de uma arrecadação de aproximadamente US\$ 12 bilhões de dólares em 1995 para aproximados, US\$ 69 bilhões de dólares em 2015, mantendo sempre a vertente de crescimento.

Sobre esse contexto, a segurança no arcabouço de registros contábeis é extremamente importante para garantir que o mercado nacional e internacional esteja alocando capitais de maneira segura e rentável, preservando os investidores e os usuários dos serviços. Dessa forma, o projeto de elaboração do conjunto de Normas Internacionais de Contabilidade para o setor de seguro surgiu entre 1996 e 1997. Nesse mesmo ano, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), entidade que em meados de 2001 passou a ser denominada de *International Standards Board* (IASB), iniciou um projeto

de longo prazo, com a objetivo de elaborar o primeiro conjunto de normas e diretrizes contábeis internacionais sobre questões específicas de seguros e resseguro.

O *International Standards Board* surgiu como resposta às demandas por melhores práticas e padronização contábil, identificada pelo Grupo de Estabilidade Financeira, o qual reunia na época o G8, grupo dos oito países mais desenvolvidos, além do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, entre outros.

Destaca-se também que todas as empresas inseridas no mercado segurador, iniciam um processo próprio de padronização e convergência internacional das operações e gestão administrativa e financeira, se aproximando do mercado internacional, estando cada vez mais em sintonia com a padronização contábil realizada em países como Estados Unidos e da Europa (ALCÂNTARA DE SOUZA, ALBERTO 2003).

No que diz respeito à normatização, as seguradoras são obrigadas a seguir as normas contábeis formuladas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além das normas da SUSEP, as quais incluem as circulares e resoluções emitidas pelo referido órgão regulado. É importante destacar que as empresas seguradoras são obrigadas a seguir a Lei nº 6404/1976, destinada sobre as S.A.'s (Sociedades Anônimas), levando em consideração que para operar no Brasil as seguradoras devem ser constituídas sob a forma de S.A.

Sobre esse contexto, entende-se que a confiança no sistema de informações contábeis é elemento essencial para garantir que o mercado doméstico e global esteja alocando capitais eficientemente e em um mercado altamente regulamentado e padronizado. O investimento eficiente de capital é fator fundamental para criação de novos empregos e geração de renda, o que em última análise é o objetivo maior de qualquer sociedade organizada. Uma forma de alcançar essa confiança seria por meio da padronização das normas contábeis. (DE SOUZA, AA, 2003)

Considerando o nível de complexidade da operação inerente ao mercado, analisando e a alta regulamentação e fiscalizado do órgão regulador, fica evidente a necessidade dos contadores das Seguradoras e Resseguradoras, de se manterem atualizados sobre a padronização internacional das principais práticas contábeis aplicadas ao setor. Além de se manter atualizado, o contador precisa interpretar da maneira correta o que a normatização pede, esta pesquisa procurará responder a seguinte questão: **Quais os desafios dos profissionais contabilistas na interpretação da IFRS 17?**

O objetivo geral da pesquisa é identificar os desafios enfrentados pelos profissionais contabilistas que atuam em Seguradoras e Resseguradoras na interpretação do IFRS 17.

**Os objetivos específicos são:**

- a) Descrever as mudanças mais relevantes propostas pelo IFRS 17; e
- b) Identificar e dimensionar os impactos da nova padronização das práticas contábeis internacional no mercado Segurador Nacional, principalmente pelas novas normas propostas pelo IFRS 17.

Essa pesquisa justifica-se pela recente publicação da IFRS 17 e pelos poucos estudos na área explorando o tema em questão. A pesquisa justifica-se ainda, pela representatividade do setor Segurador na economia brasileira, o qual possui previsão de representar em 2025, quatro anos após o IFRS 17 entrar em vigor, cerca de 7,4% do Produto Interno Bruto do Brasil, percentual próximo ao de países desenvolvidos.

A importância do estudo se dá pela complexidade inerente à IFRS 17 e suas disposições, contribuindo não só para os estudantes e pesquisadores das áreas afins, mas para todos os profissionais contabilistas inseridos no mercado Segurador.

## **2 REFERENCIAL TEORICO**

### **2.1 Contabilidade de seguradoras: estudo dos impactos causados na aplicabilidade das normas internacionais no mercado segurador nacional.**

A história da criação do seguro remete a séculos antes de Cristo, quando as caravanas cruzavam o Oriente em seus vastos desertos para comprar e vender camelos. Como diversos animal morriam durante o trajeto, os vendedores formalizavam uma espécie compromisso no qual deveriam pagar para substituir o camelo que eventualmente morresse no percurso. Já nas grandes navegações e nos processos de colonização, foram adotados os princípios de seguro e garantia entre os fenícios, cujas embarcações atravessavam os mares Egeu e Mediterrâneo. Existia, entre os navegadores, um compromisso que garantia ao comandante que perdesse uma embarcação, a construção de outro navio, patrocinado pelos outros navegantes da mesma tribulação. A preocupação com as navegações e as viagens marítimas possuíam interesse econômico, pois a comercialização países ocorria apenas pelos mares (ESCOLA NACIONAL DE SSEGUROS, 2007).

A ideia de garantir o funcionamento da economia através de uma apólice de seguro permaneceu até os dias atuais, porém, a maneira como o seguro é formalizado e sacramentado, mudou, e se aperfeiçoa cada vez mais. A primeira formalização de um contrato de seguro nos padrões atuais, conhecida nos dias de hoje, foi realizado no ano de 1347, em Gênova na Itália, com a emissão da primeira apólice de seguro. Foi firmado então uma espécie de contrato de seguro de Navegação. A partir desse momento, o seguro foi mais incentivado e utilizado pelas Navegações nos processos de transporte marítimos, pela Revolução Industrial (ESCOLA NACIONAL DE SSEGUROS, 2007).

Voltando para o âmbito nacional, o seguro teve início no país com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro, por volta do ano de 1808. A sociedade pioneira de seguros a funcionar no país foi a Companhia de Seguros Boa-Fé, em 24 de fevereiro daquele ano, que tinha como foco operar apenas com grandes navegações. Com a criação e homologação da Lei nº 556, do ano de 1850, ocorreu o surgimento de muitas empresas com o mesmo objetivo e perfil, as quais passaram a operar não apenas com o seguro de navio, inicialmente previsto em lei, mas também com o seguro terrestre e o seguro de



vida, este último era proibido por motivo de religião até aquele momento. (ESCOLA NACIONAL DE SSEGURS, 2007).

Em meados do ano de 1861, foram criadas as primeiras filiais de seguradoras de origem internacional. Com a invasão dessas empresas no mercado nacional, elas acabavam enviando para às sedes, os valores arrecadados como prêmios, ocasionando um desconforto indesejável, referente à evasão de recursos. Diante dessa situação, com o objetivo de proteger os interesses econômicos do país, foi homologada no ano de 1895, a Lei nº 294, que regulamenta sobre às companhias estrangeiras de seguro de vida que operam em território nacional, definindo que as provisões técnicas fossem constituídas e tivessem seus recursos aplicados no país, com o objetivo de garantir os riscos aqui assumidos (TUDO SOBRE SEGUROS, 2011).

Com a promulgação do decreto de lei nº 4.270, realizada no ano de 1901, e o seu apêndice conhecido também como regulamento “Murtinho”, regulamentaram o funcionamento das empresas seguradoras que existiam e das que fossem criadas a partir daquele momento. O regulamento “Murtinho” criou então a Superintendência Geral de Seguros, a qual devia responder diretamente ao Ministério da Fazenda, e concentrou as demandas pertinentes à fiscalização, as quais eram distribuídas aos demais órgãos reguladores. A partir daquele momento, era de responsabilidade da Superintendência, fiscalizar preventivamente, por ocasião da verificação da documentação da empresa que solicitava autorização e permissão para operar (SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, 2009).

No ano de 1916 foi criado o projeto e posteriormente sancionada a Lei nº 3.071, que promulgou o "Código Civil Brasileiro", contendo um texto específico para os contratos de seguro. Os conceitos estabelecidos pelo Código Civil e pelo Código Comercial passaram a compor, o qual chamamos de Direito Privado do Seguro. Esses conceitos estabeleceram os princípios básicos e principais de todo contrato e estipularam os direitos e obrigações de cada parte envolvida, com o objetivo evitar e dirimir conflitos entre as partes envolvidas. Foi a partir da formalização dos contratos, que o mercado nacional conseguiu evoluir através dos anos.

A busca por melhor qualidade de vida, entre outros, a constituição de um patrimônio e de uma renda familiar, para os quais são acumulados em anos de trabalho, e que por qualquer situação adversas, podem ser perdidos, em virtude de estarmos sempre expostos a qualquer tipo de situação. A necessidade de se proteger dos perigos, a incerteza quanto ao futuro e a possibilidade de perdas dos bens e da receita da família e do indivíduo

permeiam a evolução do homem de forma geral.. Diante da situação exposta, surgiu à apólice de seguro.

## **2.2 As normas internacionais de contabilidade – IFRS: adoção no Brasil**

Quanto à contabilização nos padrões internacionais, a partir do processo de globalização dos mercados, demonstrou-se o objetivo e necessidade de cada investidor compreender os informes contábeis de cada país ou região em que a empresa a qual possui participação está inserida. Dentre dos assuntos mais requisitados acerca de contabilidade internacional destacam-se as razões para os diferentes modelos contábeis no mundo e o processo de padronização contábil internacional (FARIAS; FARIAS, 2009, p. 32).

A existência de padrões contábeis diferentes entre países e regiões, além da consequente necessidade de elaboração de demonstrações contábeis em padrões diferentes dos praticados pelas diversas empresas espelhadas pelo mundo, concorrem para que haja dificuldade de interpretação das informações e nos textos elaborados da norma, tornando o processo de globalização do mercado de capitais e a padronização das empresas dois dos fatores primordiais para se desenharmos e entender o processo de busca da padronização das normas internacionais contábeis.

Essas variações das práticas contábeis entre muitos países poderia influenciar e distorcer a qualidade das informações passadas da contabilidade, reduzindo a confiança dos investidores, ao utilizar os relatórios das seguradoras, como consulta no processo de tomada de decisão. É extremamente importante a busca pela consolidação das práticas contábeis, para atender as necessidades dos investidores, principalmente, os estrangeiros quando pesquisam uma oportunidade de negócio. (FARIAS; FARIAS, 2009, p. 33).

Dessa forma, o conjunto de Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, foram desenvolvidas com objetivo de criar um padrão, em nível mundial, levando em consideração o crescimento da economia mundial e a maior participação do mercado segurador no processo de geração de riquezas. (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 1).

Destaca-se que no Brasil o CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, foi criado no ano de 2005, com objetivo de criação e elaboração das normas para o mercado nacional com base nas normas internacional. É importante lembrar que este processo avança de fato no ano de 2007, com aprovação da Lei 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades

Anônimas por Ações, n. 6.404/1976, com o objetivo de aproximar as normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais praticadas mundo a fora. (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 2).

### **2.3 Contexto atual e perspectivas da normatização aplicada ao mercado segurador**

A aceitação de um padrão contábil internacional, o IFRS, em conjunto com os pronunciamentos, emitidos pelo IASB às normas internacionais de contabilidade, no país, tem início com a publicação da Instrução CVM nº 457 de 2007, em conjunto com o Banco Central do Brasil (BACEN). A partir dessa instrução, tornava-se obrigatório às empresas brasileiras de capital aberto, apresentar demonstrações financeiras consolidadas baseadas nas normas internacionais a partir do exercício de 2010, sendo facultativo à adoção para os exercícios anteriores (IDECNO BRASIL, 2012, p. 1).

A nova norma do IFRS para a contabilização e registros dos contratos de seguro, anteriormente definida pelo IFRS 4, segunda fase, e atualmente regida como IFRS 17, passou por um processo de formulação de aproximadamente 20 anos. Era evidente que uma norma específica e bem elaborada era necessária uma vez que IFRS 4, permite diversas políticas contábeis diferentes, o que resulta em uma falta de comparabilidade, mesmo com empresas inseridas no mesmo mercado, atuando em um mesmo país. Esse conjunto de normas foi publicado em 2017 e entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Podemos considerar o IFRS 17 como um conjunto de normas bastante complexo que inclui diversas diferenças de contabilização, quando comparamos o modelo atual, tanto no que diz respeito a escrituração de passivos, como na apuração e escrituração dos lucros.

Segundo Clark e McManus (2003), a estrutura contábil possui papel fundamental na harmonização de uma boa gestão para com as empresas do mercado, além de proporcionar confiança aos usuários das informações, principalmente os investidores e usuários dos serviços. É importante destacar que muitas instituições financeiras oferecem oportunidades de crédito e linhas de negócios especiais às empresas que adotam uma padronização contábil internacional em seus relatórios e apresentam demonstrações financeiras em IFRS.

A gestão administrativa nos padrões de governança, com estruturas bem definidas, à adoção de boas práticas de administração e transparência no processo de tomada de decisão, possibilita o aumento da confiança dos terceiros sobre a informação reportada, e a diminuição da percepção do risco do investimento feito pelo investidor, reduzindo a sensação de que o retorno com a aplicação seja menor.

É notório que o mercado segurador está em processo de crescimento, dessa forma, torna-se cada vez mais necessário a criação de uma padronização contábil uniforme que visem melhorias e busquem, proporcionar garantia para uma estabilidade econômica e financeira das empresas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 OBJETIVO**

Este estudo tem como objetivo verificar as mudanças recentes ocorridas na qualidade da informação contábil, a partir do IFRS 17, bem como o impacto que tais normas produziram na contabilidade brasileira, por meio de uma percepção sobre os desafios que devem ser enfrentados pelos contabilistas do mercado segurador nacional. Para isso, em uma abordagem descritiva, este texto contemplou, além de autores específicos sobre o tema, uma revisão da literatura, de artigos publicados no período de 2009 a 2018.

#### **3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Quanto aos seus objetivos é uma pesquisa exploratória por ter como objetivo principal proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e o aprimoramento de ideias.

Quanto aos procedimentos para a realização da pesquisa em busca de atingir os objetivos propostos, é considerada uma pesquisa bibliográfica, pois será desenvolvida com base em material já elaborado, tais como artigos científicos, livros, periódicos a fim de conceituar os Desafios na Interpretação do IFRS 17.

Quanto à abordagem da pesquisa terá natureza qualitativa, por não empregar instrumento estatístico para tratar como base no processo de análise do problema, pois não se pretende numerar ou medir unidades.

Para elucidar os objetivos específicos propostos, bem como o objetivo geral e responder o problema de pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico e documental, baseada em análise teórica, além de ser aplicada uma entrevista semiestruturada com 13 perguntas sobre a adoção do IFRS 17.

Roteiro de Entrevista:

1. Qual seu gênero?
  - a. Feminino
  - b. Masculino
  - c. Não informado
2. Qual sua faixa etária?
  - a. 20 a 30
  - b. 31 a 40
  - c. 41 a 50
  - d. Mais de 50 anos
3. Qual seu nível de escolaridade?
  - a. Técnico
  - b. Graduação
  - c. Mestrado
  - d. Doutorado
  - e. Outros
4. Quanto tempo de formado?
  - a. 5 a 10 anos
  - b. 11 a 15 anos
  - c. 16 a 20 anos
  - d. Mais de 20 anos
5. Quantos anos atua como contador?
  - a. 5 a 10 anos
  - b. 11 a 15 anos
  - c. 16 a 20 anos
  - d. Mais de 20 anos
6. Quantos anos atua como Contador no mercado segurador?
  - a. 5 a 10 anos
  - b. 11 a 15 anos
  - c. 16 a 20 anos

d. Mais de 20 anos

7. Quais os principais desafios no exercício da profissão como contabilista no mercado segurador?
8. Como você enxerga o cenário da contabilidade após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade?
9. Quais os impactos que você acredita que a padronização e adoção das normas internacionais causam e/ou causaram no mercado segurador nacional?
10. Possui conhecimento sobre o IFRS 17? Na sua opinião, quais as principais mudanças que serão aplicadas?
11. Do ponto de vista interpretativo, acredita que o IFRS 17 é composto por um conjunto de normas complexas?
12. Quais os principais benefícios e desafios no processo de adaptação da contabilização às normas estabelecidas no IFRS 17?
13. A empresa em que trabalha já criou ou planejar criar um planejamento para realizar a transição da norma atual para o IFRS 17?

### **3.3 Procedimento de coleta de dados**

Para efetivação da pesquisa foram realizadas reuniões com os contadores de três seguradoras, as quais figuram entre as 12 empresas do mercado segurador com maior faturamento no Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2017. Os questionários foram entregues aos contadores e respondidos presencialmente.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 Diagnósticos do Contexto Atual da Norma**

O IFRS 17 é o tópico mais recente do que podemos definir sobre a padronização das normas internacionais de contabilidade para o mercado segurador. O novo conjunto de normas do IFRS para escrituração contábil das operações e contratos de seguros, a qual era regulamentada pelo IFRS 4 em sua fase II, agora passou sendo definida como IFRS 17, foi desenvolvida em um longo processo de aproximadamente 20 anos. Chegamos a um capítulo final desse processo no 18 de maio do ano passado, com a publicação do novo conjunto de normas.

Para os profissionais mais experientes, foi possível comparar o IFRS 17 com o regime de Solvência, publicado no continente europeu, onde as seguradoras realizaram enormes projetos de transição e implementação, além de investimentos consideráveis nos sistemas e processos já existentes. Inicialmente, todos esses elementos, combinados com os diversos sistemas existentes, foram utilizados como base para desenvolvimento do IFRS 17, com algumas diferenças pontuais, em especial, ao que diz respeito ao conceito de margem de serviço contratual, definida com “CSM”. (PRICE WATER HOUSE COOPERS, 2017).

É importante destacar que foi permitido às seguradoras, um processo de adoção especial ao IFRS 9, para reconhecimento das carteiras de investimento, antes mesmo da adoção do IFRS 17. Com essa permissão, espera-se que boa parte das empresas possam utilizar à adoção temporária do IFRS 9, com o objetivo de sintonizar as duas normas. Embora, antes disso, existem pré-requisitos de divulgação diretamente relacionados, que devem ser levados em consideração, assim como, o desenvolvimento de uma relação entre as duas normas no planejamento de transição para o IFRS 17.

A contabilização das aplicações financeiras e dos investimentos, pode variar de acordo com cada empresa. Embora, o IFRS 17 represente uma mudança profunda nas práticas contábeis de boa parte das seguradoras, proporcionando um enorme desafio para grande parte do setor. É importante destacar, que é possível otimizar o processo de transição, tanto de forma operacional quanto em termos de desempenho financeiro. Existem muitas seguradoras que já iniciaram o processo de transição, e os principais questionamentos sobre tal processo se resumem em:

- Tempo de transição e implementação entre a publicação e a obrigatoriedade de adoção. Questionamento se 3 anos são suficientes.
- Um bom planejamento estratégico será de vital importância na gestão dos recursos internos e externos, uma vez que as competências sobre o assunto são escassas.
- É de extrema importância administrar a expectativa do mercado, incluindo investidores e usuários internos, até que à transição seja completamente realizada
- Extremamente necessário a fundamentação de escolhas feitas e das opções por políticas contábeis (oportunidades para otimizar resultados).
- Diversos setores de negócios serão diretamente afetados, como a criação de produtos, políticas de remuneração e planejamento empresarial.

Destaca-se que um planejamento estratégico e um bom projeto de transição e implementação do IFRS 17 deve ajudar às seguradoras a superar as dificuldades relacionados e também a se beneficiar das oportunidades que essa implementação pode proporcionar.

#### **4.1.1 PRINCIPAIS MUDANÇAS**

O IFRS 17 é aplicável a todo e qualquer contrato de seguro. O modelo geral adotado é a mensuração por Módulos. Trata-se de um modelo baseado em fluxos de caixa descontados, com um ajuste considerando os riscos e diferimentos dos lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual, a qual não pode ser negativa.

As mudanças e alterações nos primeiros módulos, são tratadas de formas diversas, o que pode determinar, assim, o reconhecimento do lucro. As flutuações no fluxo de caixa e os descontos provenientes a riscos relacionados a prestação serviços no futuro são reconhecidos por meio do ajuste da Margem Contratual de Serviço, enquanto os riscos relacionados a serviços atuais e anteriores são registrados no resultado. O padrão de amortização da Margem Contratual de Serviço é baseado no decorrer do tempo e direcionando o perfil de reconhecimento do lucro. O Efeito das variações nas taxas de desconto deve ser reconhecido em outros resultados abrangentes ou nas contas de resultado. O IASB considera a diversidade dos contratos de seguros, sendo assim permitiu uma abordagem alternativas para tratar de características específicas.

Os contratos e as operações de seguros, proporcionam uma série de direitos e obrigações, que por consequência, geram um conjunto de fluxos de caixa. Diversos modelos de contratos de seguros fornecem apenas cobertura de seguro, como é o caso de muitos dos contratos “não vida”, com curto prazo. É importante destacar que muitos tipos de contratos, por exemplo, contratos diretamente ligados a investimentos e outros contratos de participação e coparticipação, possuem um ou mais componentes que podem ser abrangidos por outra norma se a Companhia contabilizar separadamente.

Alguns contratos de seguro contêm:

- Componentes de investimentos: depósitos, como os instrumentos financeiros, pelos quais uma empresa recebe um montante específico e se compromete a pagar esse valor acrescido de juros. Para os contratos com compenetre de investimento, é aplicável o



IFRS 9, porém, para os contratos com componentes de investimentos não distintos será aplicável o IFRS 17, excluído das receitas de seguro e das despesas do serviço de seguros;

- Componentes de bens e serviços, os quais os serviços não são diretamente relacionados a seguros, como para administração de aposentadorias, serviços de gerenciamento de risco, gestão de ativos ou serviços de custódia, não relacionados ao cumprimento do contrato, deve ser respeitado o IFRS 15.
- Derivativos financeiros, como as opções de taxa de juros ou opções diretamente vinculadas à um índice de ações, deve ser adotado o IFRS 9.

Outro ponto importante do IFRS 17 é a agregação de Contratos, a qual é necessária no reconhecimento primário de todos os contratos no que diz respeito ao IFRS 17. O agrupamento de contratos de acordo com a norma é feito de forma a limitar as compensações de contratos lucrativos contra não lucrativos, os chamados contratos onerosos. Considera-se a maneira na qual as seguradoras gerenciam e avaliam o desempenho de seus negócios.

O nível de agregação dos contratos de ser considerado quanto:

- Um conjunto de contratos que não são lucrativos no reconhecimento inicial, se houver algum;
- Um conjunto de contratos que no reconhecimento primário, não tem qualquer possibilidade de se tornarem onerosos, se existirem; e
- Um conjunto de qualquer de contratos remanescentes na carteira.

Uma empresa não pode incluir contratos com período de emissão diferente em mais de um ano no mesmo grupo. Dessa forma, cada carteira será desmembrada em cortes anuais, ou cortes considerando um período inferior a um ano. Embora, exceções são aplicáveis em determinados casos, principalmente durante a transição para o IFRS 17, como no caso de abordagem retrospectiva modificada.

Segundo o IFRS 17, os contratos com mesma linha de produtos estão consolidados na mesma carteira se foram gerenciados em grupo, já os contratos em diferentes linhas de negócios com riscos diferentes, estão consolidados em carteiras diferentes. Nesse sentido, espera-se uma carteira consolidando um conjunto de contratos de responsabilidade civil esteja em uma carteira diferente de um conjunto de contratos residencial.

Uma empresa pode reconhecer os contratos não lucrativos na mensuração primária para um conjunto de contratos em esfera superior ao contrato primário único, caso tenha informações consideráveis e necessárias para definir que um grupo de contratos poderá estar no mesmo conjunto conforme requisitos estabelecidos pelo IFRS 17. Se a companhia não puder embasar esta conclusão, deve definir o grupo considerando os contratos individuais.

O Quadro 1 apresenta um resumo das principais diferenças entre as normas contábeis brasileiras e internacionais, específicas para as operações de seguros em relação ao método e objetivo, provisões técnicas e demonstrações financeiras.

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE A CONTABILIZAÇÃO BRASILEIRA E A INTERNACIONAL

<b>TÓPICO</b>	<b>IASB</b>	<b>BRASIL</b>
<b>Método</b>	Fair Value (Valor justo)	Método do diferimento
<b>Objetivo</b>	Avaliar ativos e passivos decorrentes de contratos de seguros	Diferir as receitas e despesas alocando-as durante o período de vigência
<b>Provisões técnicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Provisão de riscos não expirados;</li> <li>• Provisão de Sinistros a liquidar (inclui IBNR)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PPNG;</li> <li>• Provisão para insuficiência de prêmios;</li> <li>• Provisão de Sinistros a liquidar;</li> <li>• IBNR</li> </ul>
<b>Despesas de comercialização</b>	Não podem ser diferidas	Diferidas e contabilizadas no ativo
<b>Demonstrações financeiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BP;</li> <li>• DRE;</li> <li>• DMPL;</li> <li>• DFC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BP;</li> <li>• DRE;</li> <li>• DFC;</li> <li>• DMPL.</li> </ul> (acompanhadas de notas explicativas)
<b>BP (ativo)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos;</li> <li>• Direitos sobre seguros;</li> <li>• Resseguros a recuperar sobre sinistros a liquidar + IBNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Circulante e realizável a longo prazo:</li> <li>• Disponível;</li> <li>• Aplicações;</li> <li>• Créditos de operações com seguros;</li> <li>• Títulos e créditos a receber.</li> <li>- Permanente:</li> <li>• Investimentos;</li> <li>• Imobilizado;</li> <li>• Diferido.</li> </ul>

<b>BP (passivo e PL)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PL;</li> <li>• Sinistros a liquidar + IBNR;</li> <li>• Obrigações com o segurado.</li> </ul>	- Passivo circulante e exigível a longo prazo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigações a pagar;</li> <li>• Débitos de operações com seguros;</li> <li>• Depósitos de terceiros;</li> <li>• Provisões técnicas;</li> <li>• Contingências fiscais e trabalhistas - PL.</li> </ul>
--------------------------	---	---

<b>DRE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prêmios emitidos líquidos;</li> <li>• sinistros retidos (inclui despesas com provisão de riscos e incertezas);</li> <li>• despesas de comercialização;</li> <li>• outras despesas operacionais;</li> <li>• mudanças nas premissas originais (prêmios e sinistros);</li> <li>• reversão de provisão de riscos e incertezas;</li> <li>• juros de investimentos;</li> <li>• efeito de descontos;</li> <li>• impostos;</li> <li>• resultado líquido do período.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prêmios ganhos;</li> <li>• Sinistros retidos;</li> <li>• Despesas de comercialização;</li> <li>• Outros resultados operacionais;</li> <li>• Despesas com tributos;</li> <li>• Despesas administrativas;</li> <li>• Resultado financeiro;</li> <li>• Resultado patrimonial;</li> <li>• Resultado não operacional</li> <li>• Impostos e contribuições sobre o lucro;</li> <li>• Participação nos lucros;</li> <li>• Resultado líquido do período.</li> </ul>
<b>Mensuração das provisões técnicas (PPNG ou provisão de riscos em curso)</b>  <b>Mensuração das provisões técnicas (sinistros a liquidar, incluindo IBNR)</b>	<p>A PPNG deixará de existir e será substituída pela provisão de riscos não expirados que deverá refletir os sinistros futuros (não ocorridos) dos contratos vigentes, bem como as restituições a serem pagas decorrentes do cancelamento dos contratos de seguros.</p> <p>Deve refletir os sinistros ocorridos e não pagos até a data do balanço, ou seja, engloba os sinistros avisados e a provisão de IBNR. A seguradora poderá reconhecer as recuperações potenciais de salvados e ressarcimentos como redutora da provisão de sinistros a liquidar e após o pagamento da indenização, como um ativo.</p>	<p>Calculada apólice por apólice para cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. O cálculo deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco em cada ramo.</p> <p>São calculadas separadamente. A provisão SL é calculada para cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo de acordo com a responsabilidade retida pela seguradora, considerando indenizações e despesas relacionadas. A IBNR é calculada para cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. Ambas devem ser calculadas utilizando a metodologia descrita em NTA.</p>

<b>Mensuração das provisões técnicas (Provisão de riscos não expirados)</b>	Calculada utilizando o valor presente dos sinistros esperados para o período a decorrer dos contratos de seguros e das restituições de prêmios pelo cancelamento do contrato.	Somente para seguros de vida individual e seguro de vida com cobertura por sobrevivência. Calculada “pro rata die”, com base nas contribuições ou prêmios líquidos recebidos no mês, tomando por base as datas de início e fim da vigência do risco. O cálculo deve contemplar estimativa para os riscos vigentes mas não recebidos, sendo obtida por método previsto em NTA.
---	---	---

<b>Provisão de Insuficiência de risco</b>	Só é realizada quando constatada a insuficiência da PPNG. Dessa forma, o IASB não exige a contabilização dessa provisão.	Quando devida sua constituição, será contabilizada segregada por ramo de seguro, rateando-se em função do total dos prêmios ganhos, em cada ramo, no mês de cálculo. (metodologia a cargo das seguradoras)
---	--	--

FONTE: ALCÂNTARA DE SOUZA, ALBERTO; SILVA, M.D.C; LARA. C.O; Contabilidade de Seguradoras: Estudo comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais

#### 4.1.2 DESAFIOS DE TRANSIÇÃO

Várias seguradoras e Resseguradoras já iniciaram o processo de implementação do IFRS 17, com a criação de projetos em diferentes fases, os quais vão desde a análise inicial de deficiências e dimensionamentos até avaliação técnica e dos impactos nos dados e em diversos sistemas relativos ao grupo de forma geral. Algumas passaram até a considerar o desenvolvimento de sistemas próprios.

Muitas seguradoras sugerem que precisarão de mais de 3 anos, levando em consideração suas avaliações de impactos e comparando com outros grandes projetos, como o caso do regime de Solvências II. O processo de transição para o IFRS 17 deve representar, provavelmente, desafios e oportunidades, levando em consideração que o IFRS 17 deve permitir simplificação, e as decisões relativas à Margem Contratual de Serviço na transição pode influenciar à emissão de prêmio e obtenção dos lucros.

A adoção do IFRS 17 deve requisitar muitos recursos. Nas seguradoras, haverá necessidade de melhorias coordenação entre as áreas atuarial, financeira, gestão de risco e Compliance, operações e tecnologia da informação. No ambiente externo, deve haver um grupo bastante limitado de profissionais capacitados a serem recrutados, e os esforços

primários para garantir que os recursos corretos serão importantes. Todos os investidores e analistas inseridos no mercado segurador, já expressaram preocupação de que os impactos do IFRS 17 sejam mais complexos, e com mais demandas e variações do que o planejado. Considerando o seu custo de capital em comparação com outros setores, as seguradoras devem voltar atenção ao seu “histórico do IFRS 17” durante o processo de adoção, além das métricas-chave que aplicarão após essa mudança.

É notório que o IFRS 17 atingirá os negócios muito além das áreas financeiras, atuarial e de desenvolvimento dos sistemas de tecnologia, como criação e distribuição de produtos, desenvolvimento de políticas revisadas de incentivo e de remuneração, além de métodos orçamentários e de previsão reconfiguradas, usadas como bases para o planejamento dos negócios. Os impostos sobre renda também devem ser afetados, tanto na vertente tributária de transição quanto no vigente. As empresas inseridas no mercado estão percebendo que precisarão alterar, de forma significativa, a maneira como coletam, armazenam e analisam as informações, já que a norma muda o foco da análise de prospectivo para retroativo. Espera-se com isso, que o IFRS 17 introduza um nível mais detalhado de mensuração.

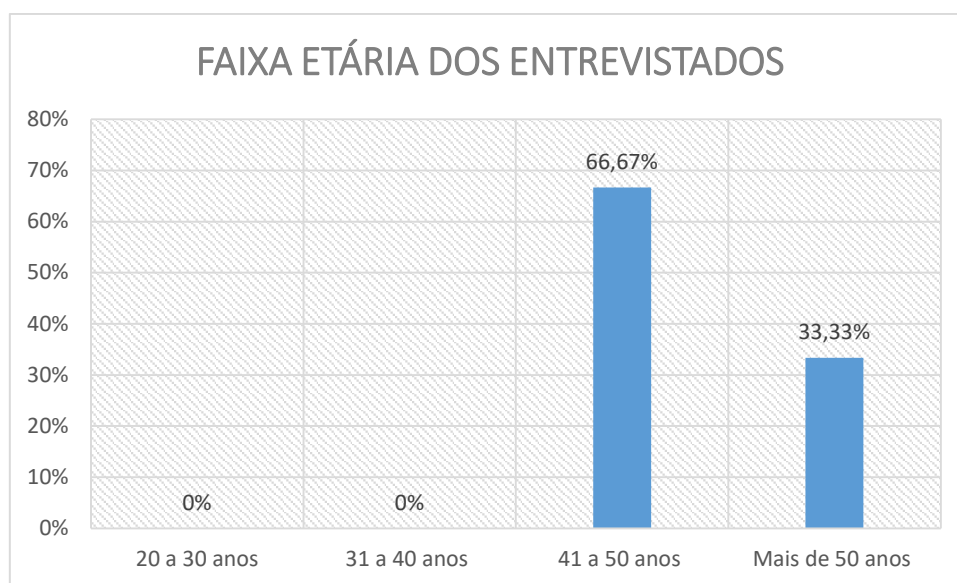
O processo de levantamento dos impactos pode ser realizado tanto em relação aos impactos nos sistemas (arquitetura de TI, passando por sistemas de fornecimento de dados por meio de modelagem atuarial, considerando também sistemas de elaboração das Demonstrações Financeiras, incluindo a razão geral e o plano de contras com base no regulador) quanto nas finanças e nos impostos. A avaliação dos impactos de ordem financeira e tributária pode abranger desde vertentes de lucros para produtos específicos, segundo o IFRS 17, a uma verificação dos impactos no lucro no patrimônio e na variação considerando o grupo como um todo. O produto final da avaliação de impactos é visto como um roteiro com a definição dos principais marcos e resultados, um plano de recursos e o orçamento do projeto, possibilitam assim o início do projeto detalhado de implementação.

#### **4.1.3 RESULTADOS OBTIDOS**

##### **4.1.3.1 PERFIS DOS ENTREVISTADOS**

Após realização das três entrevistas, com os contadores de três empresas do setor segurador, as quais figuraram entre os 12 maiores faturamentos do mercado no Estado do Rio de Janeiro, percebe-se que a faixa etária predominante corresponde às idades entre 41-50 anos (66,67%) e mais de 50 anos (33,33%), conforme (FIGURA 1).

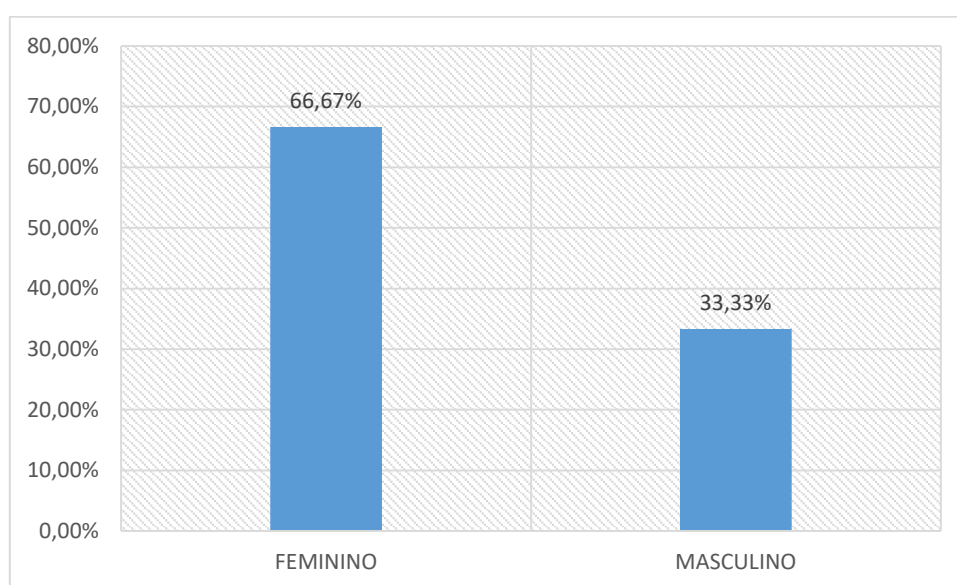
FIGURA 1 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: AUTOR (2018)

Quanto ao gênero, Feminino (66,67%) e Masculino (33,33%), conforme (FIGURA 2).

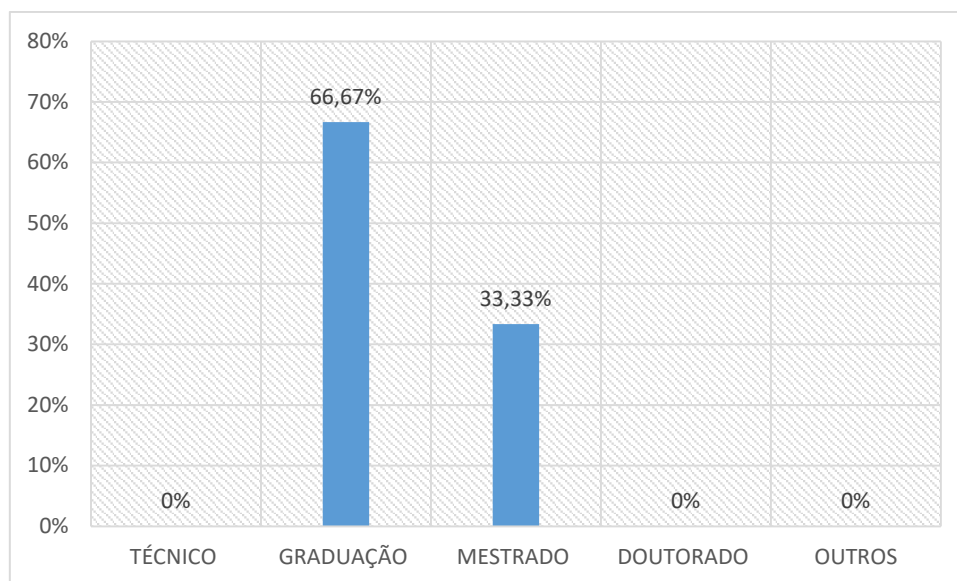
FIGURA 2 – GÊNERO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: AUTOR (2018)

Em relação ao nível de escolaridade, percebe-se que todos possuem a graduação em contabilidade e algum tipo de especialização, como Pós-graduação. Um dos contadores possui mestrado, porém, em nenhum dos casos observa-se contadores com doutorado, conforme (FIGURA 3).

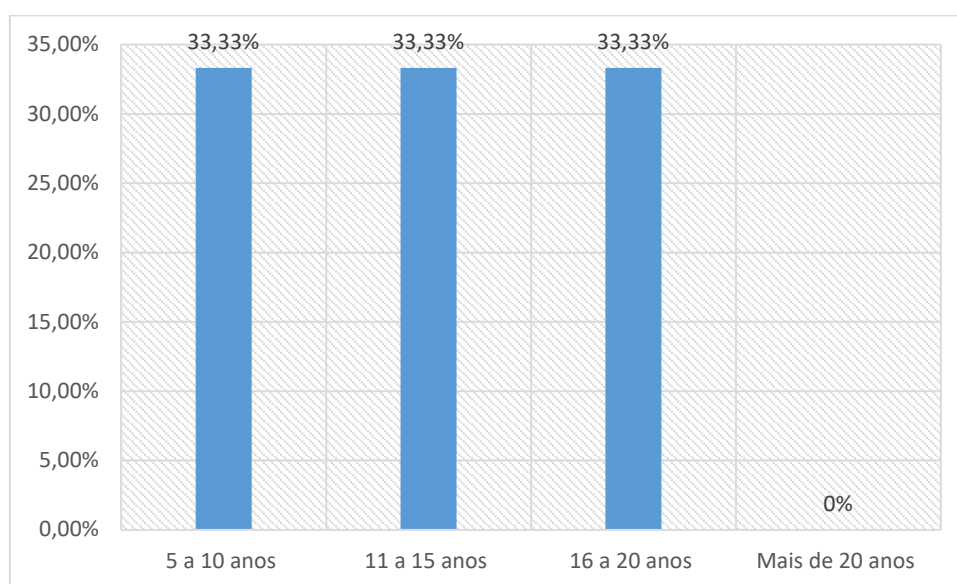
FIGURA 3 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE



FONTO: AUTOR (2018)

Foi possível verificar que o tempo de formado dos contadores varia entre 8 e 16 anos, período bastante próximo à quantidade de anos que atuam no mercado segurador, iniciando como analista junior até a posição de *controller*, conforme (FIGURA 4).

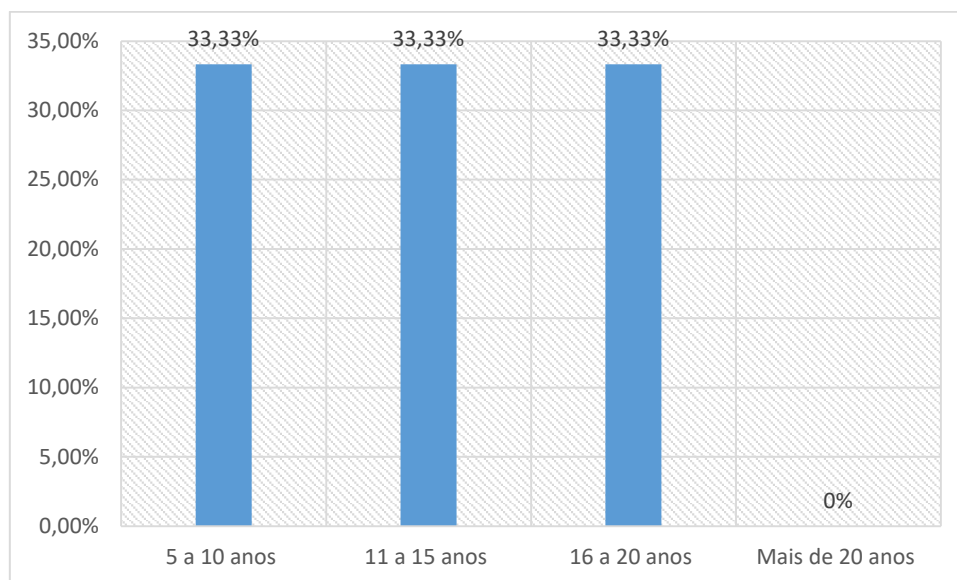
FIGURA 4 – TEMPO DE GRADUAÇÃO



FONTE: AUTOR (2018)

Como mencionado anteriormente, o tempo em que os contadores entrevistados possuem de formados é bastante próximo ao período pelo qual atuam como contadores. É importante destacar ainda, que todos os contadores entrevistados, após a conclusão da graduação, foram diretamente inseridos no mercado segurador, conforme (FIGURA 5).

FIGURA 5 – PERÍODO EM QUE ATUAM NO MERCADO SEGURADOR



FONTE: AUTOR (2018)



A partir das entrevistas realizadas, voltando atenção para o perfil dos contadores, foi possível perceber que os profissionais entre 41 e 50 anos, estavam mais familiarizados com o tema, seja por iniciativa própria ou incentivos do círculo de amigos entre outros contadores do mercado. Foi possível perceber ainda, que assim como os contadores mais jovens, as contabilistas do gênero feminino estavam mais inteiradas sobre o IFRS 17, inclusive propondo alguns ajustes à norma, que deveriam ser realizados para um processo de transição mais suave. Quanto ao nível de escolaridade, não foi possível perceber uma relação entre o conhecimento da nova norma e a capacitação dos contadores, uma vez que as respostas obtidas foram bem próximas umas das outras. Já o tempo de graduação e atuação no mercado segurador, foi determinante na montagem do perfil dos entrevistados, uma vez que os profissionais inseridos mais recentemente no mercado, possuíam amplo conhecimento sobre o processo de padronização internacional das normas contábeis, não só no âmbito do IFRS 17, assim como outras normas publicadas e já em vigor.

#### **4.1.3.2 RESULTADO DAS RESPOSTAS**

Percebe-se a existência de uma discrepância no planejamento das empresas em relação à transição e adoção definitiva do IFRS 17. Enquanto uma das empresas, desenvolveu um projeto específico, para transição da norma atual para a nova norma, com a participação de representantes dos diversos setores operacionais da companhia, as outras duas, ainda estão na fase de estudo, a procura de cursos e palestras sobre o assunto em questão. Uma dessas, já estuda a possibilidade de contratação de um profissional que tenha o conhecimento da norma, por ter atuado em um mercado estrangeiro, para que este execute o plano de transição.

Quanto à Padronização Contábil de acordo com as práticas internacionais e aos benefícios da introdução do IFRS 17 no mercado segurador nacional, os três contadores foram taxativos e confirmaram que esse movimento é de total importância para o mercado. Além da melhoria das condições sobre o setor, a adoção do IFRS 17 deve elevar o nível de capacitação dos profissionais contabilistas, promovendo maior procura por especializações, pois, segundo esses contadores, a norma em questão, possui alto grau de complexidade.

Para os profissionais entrevistados, as principais dificuldades encontradas na interpretação e aplicação do IFRS 17, concentram-se no reconhecimento contábil dos

contratos de seguros, avaliação de ativos e a contabilização das provisões técnicas, conforme comparativo (QUADRO 2).

Quadro 2 – Comparativo entre norma atual e o IFRS 17, de acordo com a percepção dos desafios dos contadores entrevistados.

CONCEITOS	NORMA ATUAL	IFRS 17/NORMAS INTERNACIONAIS
Contrato de Seguro	Através do contrato de seguro, o segurador, que deve ser uma entidade legalmente autorizada, obriga-se a garantir o interesse do segurado, relativo a pessoas ou coisas, contra riscos pré-determinados	Uma seguradora não se restringe a uma entidade regulada, podendo ser qualquer entidade que emita contratos de seguro ou resseguro, ou que detenham contratos de resseguro
Avaliação de Ativos	O método atual é o do diferimento, que consiste em diferir as receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros, alocando-as durante o período de vigência de cada apólice, seguindo o Princípio da Competência.	Segundo o IFRS 17, as empresas de seguros devem utilizar o método do valor justo, definido pelo FASB como “o valor pelo qual um instrumento financeiro poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, outra que não em uma liquidação ou venda forçada”, com o intuito de estimar um preço da troca para ativo ou passivo, sem que haja uma transação real.
Provisões Técnicas	Segundo as normas brasileiras, as provisões técnicas a serem realizadas são para prêmios não ganhos, insuficiência de prêmios, sinistros a liquidar e eventos ocorridos, mas não avisados (IBNR)	As normas contábeis brasileiras exigem mais provisões que as normas internacionais, o IFRS por exemplo. Há também certa liberdade, visto que outras provisões podem ser constituídas, desde que previstas em nota técnica atuarial.

FONTE: AUTOR (2018)

Em termos de IFRS, o contrato de seguro é aquele em que uma das partes, onde não é necessário ser uma seguradora, tem obrigação de restituir o segurado em caso de um evento futuro, com um risco significativo. Atualmente no Brasil, por meio do contrato de seguro, o segurador, que obrigatoriamente é uma entidade legalmente autorizada pela SUSEP, compromete-se a garantir os interesses do segurado, a pessoas ou coisas, contra riscos pré-definidos na apólice. Para conseguir esse direito, o segurado deverá realizar o pagamento do prêmio à seguradora. Observamos a existência de conceito entre a definição de seguradora. Segundo as normas internacionais, uma empresa de seguros não se restringe a uma entidade regulada por um órgão superior, permitindo ser qualquer entidade que com direito a emitir contratos de seguro ou resseguro, ou que detenham

contratos de resseguro. No Brasil, a entidade responsável por emitir contratos deve ser autorizada e regulada pela SUSEP e para os casos de planos de saúde, pela ANS.

Em relação à mensuração dos ativos, o mecanismo de reconhecimento utilizado pelas seguradoras entrevistadas é o método do diferimento, que consiste em diferir as receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros, distribuindo durante o período de vigência de cada apólice, respeitando o Princípio da Competência. De acordo com o IFRS 17, as seguradoras devem utilizar o método do valor justo, definido pelo FASB como sendo “o valor que qualquer instrumento financeiro pode ser trocado em uma transação entre partes interessadas, outra que não em uma liquidação ou venda forçada”, com o objetivo de estimar um preço da venda para ativo ou passivo, sem que exista uma transação real. A diferença entre os dois mecanismos é significativa. Podemos perceber, que a proposta do Brasil objetiva diferir as receitas e despesas distribuindo durante o período de vigência, enquanto o IFRS 17 objetiva avaliar ativos e passivos decorrentes de contratos de seguros de uma só vez.

Em relação às provisões técnicas de seguros requeridas pelo IFRS 17 são constituídas com objetivo de garantir eventos vigentes, eventos ocorridos mas não avisados e sinistros a liquidar. De acordo com as norma nacional, as provisões técnicas a serem constituídas são as de PPNG (Provisão de Prêmio Não Ganho), carência, sinistros a pagar e IBNR (eventos ocorridos e não avisados). As normas contábeis brasileiras exigem mais provisões que o conjunto de normas internacionais. Existe também certa liberdade, visto que outras provisões podem ser constituídas, desde que previstas em nota técnica atuarial.

## **5 CONCLUSÕES**

Foi realizado nesta pesquisa um estudo com o objetivo de se identificar os principais desafios na transição e implementação das normas e procedimentos contábeis das operações de seguros brasileiras nos moldes do IFRS 17. A partir da análise da nova norma, pôde-se efetuar mensuração dos desafios. Foi discutida, também, a importância de se ter padrões contábeis mundiais.

Percebemos que as normas brasileiras atuais possuem diferenças em relação as normas internacionais, em específico o IFRS 17. Este estudo buscou identificar as principais divergências, de uma maneira geral, voltado principalmente para o processo de transição

entre uma norma e outra. Verificamos a partir das entrevistas que essa transição deve proporcionar três grandes desafios aos contadores: reconhecimento contábil dos contratos de seguros, avaliação de ativos e a contabilização das posições técnicas

Em contrapartida, as normas nacionais exigem demonstrações mais detalhadas, ou seja, melhor segregadas que as normas internacionais.

Diante do exposto, pode-se perceber que há um vasto caminho a ser percorrido com vários obstáculos a serem superados. Existem diversas dificuldades no sentido de se observar uma repentina carência de profissionais familiarizados com os padrões contábeis internacionais. A escassez de contadores e auditores com conhecimento profundo do IFRS 17 dificulta o processo de harmonização. Nesse sentido, a empresa de auditoria KPMG, prevendo que as empresas se deparariam com esse tipo de obstáculo, criou uma área para ministrar treinamentos sobre o tema.

O Comitê de Pronunciamento Contábil também enfrenta dificuldades no sentido de que lhes cabe um papel essencial: formar um conjunto robusto de normas contábeis em sintonia com a proposta do IASB, sem que isso motive a elevação das taxas tributárias, já que o Brasil possui uma carga tributária que representa aproximados 37,37% do PIB, a maior da história recente do país e uma das mais elevadas do mundo (PLÖGER, 2007).

Conclui-se que a harmonização dos padrões contábeis trará benefícios para o país como o aumento da comparabilidade e da transparência nas demonstrações financeiras e a possibilidade de crescimento internacional do Brasil. Conclui-se ainda que por se tratar de uma norma complexa, o IFRS 17 deve ser motivo de bastante esforço e trabalho dos contadores do mercado.

## 6 REFERÊNCIAS

ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS; **Um pouco da história do seguro**; Disponível em < <https://www.normaseregras.com/normas-abnt/referencias/> > Acesso em 11 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS; **História do seguro no Brasil**; Disponível em < <http://cnseg.org.br/cnseg/mercado/historia-do-seguro/no-brasil.html> > Acesso em 11 jun. 2018.

TUDO SOBRE SEGUROS; **História do seguro**; Disponível em <  
<http://www.tudosobreseguros.org.br/tss-um-pouco-de-historia/>> Acesso em 12 jun.  
 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS; **História do seguro**; Disponível  
 em <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro/>> Acesso em 08 jun.  
 2018.

SOUZA, A. A DE; SILVA, M.D.C; LARA. C.O; Contabilidade de Seguradoras: Estudo comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais; Belo Horizonte, 2003, p. 2.

IDECNO BRASIL. 2012. Disponível em:  
 <[www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/404.pdf](http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/404.pdf)> . Acesso em: 10 jul.  
 2018.

PRICE WATER HOUSE COOPERS; IFRS 17 A Espera acabou, mudanças contábeis para seguradoras; Disponível em  
<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/ifrs17-chegando-17.pdf>; Acesso em: 07 de julho de 2018.

PLÖGER, A. CPC atuará pela harmonização contábil. Revista Banco Hoje. Fev, 2007. Disponível em: <<http://www.ifrs.com.br/portal/news/016.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. 2009. Anais... Curitiba: Anpad., 2009.

COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil. 2013. Disponível em: <[www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20adoção.pdf](http://www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20adoção.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

IDECNO BRASIL2012. Disponível em:  
 <[www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/404.pdf](http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/404.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2014.